



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

### ATA N.º 26

#### 19.ª SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Aos vinte e oito dias do mês de abril do ano dois mil e dezassete, nesta cidade de Portalegre, no auditório do Centro de Congressos da Câmara Municipal reuniu a Assembleia Municipal de Portalegre, com a presença dos seguintes membros: Constantina do Rosário Frota Nunes Andrade Henriques, António Adriano Ventura, Jorge Manuel Martins Isidro Domingues, Hugo Chichorro e Silva Capote, João Nuno Cativo Cardoso, Luís David de Moreira Testa, Sara Cidrais Cid, José Miguel Moreira Serafim, Eugénia Barbosa (em substituição de Maria da Conceição Grilo, nos termos do artigo 78.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação), Amândio José Valente e Valente, Manuel Luís R. Canhoto (em substituição de Branca José Janeiro Santana, nos termos do artigo 78.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação), Luís Manuel Neves Pires Barata, Raúl Alberto Carrilho Cordeiro, Cristóvão da Conceição Ventura Crespo, Maria da Conceição Ceia Miranda, Ana Maria Soares Lopes, Rui Guerreiro Marques Simplício, Manuela Pedroso (em substituição de Ana Luísa Carneiro, nos termos do artigo 78.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação), Luís Miguel Páscoa Alentejano, António Parente (em substituição de Sílvia Maria M. Relvas, nos termos do artigo 78.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação), Diogo Júlio Serra, João Vivas (em substituição de Vera Alexandra Caixeiro, nos termos do artigo 78.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação), Marília Lacão (em substituição de Luís Ricardo, nos termos do artigo 78.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação), Manuel Joaquim Lacão Carvalho, João Hermínio Henriques Janeiro, Bruno José Marchão Calha, Francisco Manuel Frutuoso Carriço. -----

A Presidente da Mesa, Constantina Henriques, deu por aberta a sessão eram 21:20 horas.

Não se tendo realizado Conferencia de Representantes por falta de quórum a Presidente da Mesa informou o Plenário dos tempos definidos para a discussão de cada ponto da ordem de trabalhos, tendo os membros da Assembleia aceite a mesma. -----

#### **Período de intervenção dos cidadãos**

Não houve nenhuma inscrição para intervenção, por parte do público, no “Período de intervenção dos cidadãos.”-----

#### **Período antes da ordem do dia:**

Solicitando o uso da palavra, Sara Cid disse que, de acordo com a informação disponibilizada no sítio da Direção Geral do Orçamento, a Câmara Municipal de Portalegre tinha incumprido recorrentemente com a lei dos compromissos e pagamentos em atraso, por assumir compromissos financeiros superiores aos fundos disponíveis. Informou que, de acordo com a mesma fonte no último mês tinham sido 6 os Municípios incumpridores e em fevereiro tinham sido 9, em 308, sendo o de Portalegre um dos que não cumpriu as regras e a legislação que enquadra as finanças municipais. Perante tal, disse que seria útil para aquela assembleia e para os portalegrenses, em particular, que a Presidente da Câmara se pronunciasse sobre aquela situação, já que tinha feito da suposta recuperação financeira da Câmara Municipal uma bandeira do seu mandato. Ora s de acordo com a DGAL, a Câmara Municipal assumia compromissos superiores aos fundos que tinha disponíveis, era porque havia qualquer coisa que não batia certo.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Sobre outro assunto disse que tinha sido recentemente anunciado o encerramento do Centro de Acolhimento Temporário da Obra do Sagrado Coração de Maria, em Portalegre. Referiu que há 17 anos que aquela estrutura acolhia crianças até aos 12 anos, em situação de vulnerabilidade e, portanto, aquele encerramento revestia-se da maior importância. Simultaneamente foi anunciado que a referida resposta social iria reabrir mas, desta vez, no Município de Arronches.

Urgia, por isso, perguntar à Presidente da Câmara de Portalegre, quando e através de quem é que a Câmara tinha tido conhecimento da efetiva decisão do encerramento daquela valência na cidade e que diligências tinha o executivo feito para pugnar pela manutenção daquela resposta social e ainda qual o sentimento da Presidente ao ver encerrar tal estrutura tão importante para a sociedade e vê-la reabrir noutra autarquia.

Relativamente ao encerramento recente do balcão da Caixa Geral de Depósitos na Rua Alexandre Herculano, perguntou à Presidente da Câmara se tinha efetuado alguma diligência junto do Conselho de Administração da mesma ou mesmo junto da Administração Central, no sentido de tentar reverter a situação.

Por último, questionou a Presidente acerca da veracidade dos rumores que têm circulado na cidade, acerca da Câmara ter sido notificada para devolver cerca de um milhão de euros de verbas de fundos já recebidos referentes à candidatura para ampliação e requalificação da Escola da Praceta e em caso afirmativo, quais eram os fundamentos e as razões para aquela situação ter ocorrido -----

A Presidente da Câmara de Portalegre começou por agradecer as perguntas colocadas, para poder esclarecê-las. -----

Quanto ao Centro de Acolhimento Temporário do Sagrado Coração de Maria referiu que quando teve conhecimento da intenção de encerramento do mesmo pediu uma reunião com a Diretora do Centro em causa, para tentar perceber o porquê do encerramento daquela valência. Pelo que soube, não se prendia com uma questão económica mas com o facto das Irmãs que lá estão já terem uma determinada idade e já não terem capacidade para cuidar das crianças, durante a noite. Entretanto, disse ter contactado o Diretor da Segurança Social e tentaram arranjar uma solução, relativamente àquela questão. Sendo que, uma das questões que colocou em cima da mesa foi se o edifício poderia continuar com aquela valência. Contudo, as irmãs disseram que não abririam mão do edifício. Questionaram outras instituições no sentido de poderem ficar com as crianças, o que se mostrou impossível, pois a lei obrigava a determinadas condições. Visitaram-se alguns espaços, com o Delegado Regional da Educação, para tentar colmatar tais necessidades. Infelizmente, conforme estava previsto, a Congregação ponderou ir para Braga ou Fátima. Portanto, a Câmara Municipal de Portalegre tentou encontrar soluções mas a decisão era da Segurança Social, que disse não conseguir, do ponto de vista económico, ter mais pessoas a trabalhar e que a valência já existente em Arronches teria de apoiar a causa. Por último, informou existir a possibilidade de outra valência vir para Portalegre, mas que não será da mesma natureza. Mais disse que as diligências que tinha tomado foram participadas em reunião de Câmara.

Quanto ao balcão da Caixa Geral de Depósitos referiu que tinha sido feita uma moção, apresentada pelo vereador da CDU, votada favoravelmente e colocada em marcha assim que possível. Já tinham recebido respostas, a nível do Governo e também da Caixa. No entanto, gostaria de saber até que ponto os deputados da nação tinham tido alguma intervenção naquela área, uma vez que também eram membros da Assembleia.

Quanto à veracidade da suposta devolução das verbas da Escola da Praceta disse ser um processo conhecido de todos, embora o mesmo ainda estivesse em análise e ainda não houvesse decisão. Atualmente, estavam ainda a pedir dados para juntar ao processo e enquanto não estivesse concluído, não haveria decisão concreta acerca da questão.

Por último acrescentou que desde que tinha entrado em vigor a Lei dos Compromissos, a Câmara de Portalegre não tinha fundos disponíveis. Portanto, todos os dias se corriam riscos



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

de estarem a autorizar despesa sem que houvesse fundos. A alternativa seria tentar descer o mais depressa possível a dívida camarária, para que se tenha disponibilidade financeira. Salientou ainda o facto de a Câmara Municipal de Portalegre em dezembro de 2016 estar acima do limite de endividamento com 1.237.000€, enquanto há três anos estava com 27.000.000€.

Luís Testa interveio de seguida e começou por relembrar que na última semana se tinha celebrado o 43.º aniversário de uma data histórica para o país, que era no fundo a implementação de um regime democrático de um estado de direito que assentava na separação de poderes, que permitiu a todos os cidadãos gozarem em pleno as suas liberdades e afirmarem as suas convicções. Aquela data deveria colocar os responsáveis políticos perante o melhor exercício que deveriam fazer em democracia: prestar contas, diariamente, e não se negarem ao confronto do debate de ideias. Na verdade, a política tinha mais a ver com a discussão de ideias e daquilo que se pensava do que propriamente com a discussão de quem eram ou uma discussão fulanizada das opções de cada um. Quando um Estado democrático permite aos seus representantes que exerçam o poder e as funções em nome dos cidadãos confere-lhes ao mesmo tempo a responsabilidade de dar todas as respostas. Na sua vida política assistiu sempre à possibilidade de quem desempenha cargos daquela natureza pudesse defender aquilo que pensa e pudesse confrontar as suas ideias com as de outros que pensam de forma diferente; responder a acusações ou, no limite, acusar, provando. A seu ver, sempre ali tiveram a disponibilidade de poderem debater com quem pensava diferente e de, às vezes, se construírem soluções de consenso. Mas, por vezes, a discussão política ia para além daquilo e tornava-se acusatória, persecutória e aquilo que era a acusação que daria hipótese aos interlocutores do debate ou da defesa, transformava-se em mera insinuação. O grupo do PS tinha ali demonstrado de forma reiterada a capacidade para responder pelas suas ações e também pelas suas omissões e o debate que se deve fazer deverá sempre ser pautado pela defesa de que o mesmo se deva concentrar, ou no confronto das ideias, ou no limite das acusações, mas fugindo do debate insinuatório, que mata a democracia. Em nome do PS, demonstrou a total disponibilidade para continuarem a construção daquele caminho curto, mas tão longo e que tanto tinha custado a fazer. Pela democracia e pelo 25 de Abril.

Sara Cid disse não ter percebido se a valência das irmãs da instituição social passaria para Arronches e se quem pagava as despesas com o pessoal era a Segurança Social

A Presidente da Câmara informou que a Segurança Social pagava por cada utente.

Sara Cid voltou a questionar a Presidente, se fosse encontrado o local adequado, porque é que os utentes e os funcionários não eram colocados em Portalegre

A Presidente da Câmara disse que, do ponto de vista económico, não era sustentável. Adiantou que a valência de Arronches tinha pessoas que podiam estar à noite a fazer as duas componentes.

Sara Cid disse conhecer a instituição de Arronches, no qual as crianças, à guarda do Estado, estavam num contexto de reclusão, fechadas. Os funcionários não podiam sair daquelas instalações para vigiarem outras.

A Presidente da Câmara disse que o que lhe foi dito foi que poderiam ter os mesmos funcionários a trabalhar nas duas valências. A discussão foi feita na reunião de Câmara e não surgiram mais sugestões, em termos físicos ou económicos.

Hugo Capote interveio a seguir. Enfatizou que em 308 Municípios do país só 6 é que não cumpriam a lei dos compromissos e Portalegre estava incluído nesses 6. Lamentavelmente,



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

sempre assim foi. Sem querer levantar falsos testemunhos, custava-lhe a acreditar naqueles factos.

Partilhavam muitas das preocupações ali colocadas, mas tinham de ser consequentes e gostariam de ter visto uma Presidente da Câmara mais ativa, que não trabalhasse só nos bastidores.

A CDU pediu à Mesa para apresentar uma moção, a propósito do encerramento da Caixa Geral de Depósitos, em Portalegre:

### Moção - CDU

“A CDU de Portalegre vem com esta moção lamentar o encerramento da Caixa Geral de Depósitos, na Av.<sup>a</sup> Alexandre Herculano, em Portalegre, contribuindo desta forma para reduzir a capacidade concorrencial do banco público no nosso concelho, acentuando cada vez mais o nosso isolamento e reforçando a diferença de oportunidades entre quem vive no interior ou no litoral português.

Desta forma, caso seja aprovada a moção, solicitamos que seja dado conhecimento da mesma ao Governo e à Administração da Caixa Geral de Depósitos.”

Luís Testa disse, relativamente àquela matéria, que o caso da cidade de Almeida era mais semelhante ao caso da cidade de Portalegre, do que propriamente o caso de Marvão, porque o que estava em causa em Marvão era o facto de ser um dos concelhos que perdia o único balcão do banco público que existia naquele mesmo concelho. Referiu ter tido oportunidade de encetar diligências, no sentido de travar o encerramento, não só com missivas que escreveu à Administração da CGD e com perguntas que colocou a quem representava o único acionista, que era o Estado. Confirmou também ser verdade que tinha havido um envolvimento da Autarquia e, relativamente a alguns concelhos, conseguiram travar o encerramento dos balcões em causa. Portanto, era facto assumido que o balcão da Av.<sup>a</sup> Alexandre Herculano não era o único balcão do banco público, no concelho de Portalegre, ainda que não se concordasse com o seu encerramento. Eram pois, casos diferentes e que não podiam ser analisados pelo mesmo prisma. Perante o pedido de esclarecimento que fez, a resposta obtida remeteu-o para a estratégia da administração da CGD, da qual tentou ainda obter mais informações e até marcar uma reunião com o responsável da rede, mas sem qualquer sucesso, até à data. Contudo, referiu que no caso do balcão de Marvão se tinha sentido muito acompanhado, não só pelos autarcas, como pela dimensão popular; mas no balcão da Av.<sup>a</sup> Alexandre Herculano não tinha sentido o mesmo envolvimento. -----

Rui Simplício disse que a questão do encerramento do balcão de Portalegre preocupava muita gente. A moção apresentada pela CDU com certeza mereceria o apoio daquela assembleia. Disse à Presidente da Câmara que não tinha feito para ser populista e que possivelmente, gostaria de fazer as coisas doutra maneira. No entanto, sugeriu-lhe que conversasse com a Administração Regional da CGD para a possibilidade de abrirem aquele balcão duas vezes por semana, ou até mesmo negociando uma espécie de biblioteca itinerante, porta a porta. -----

Cristóvão Crespo disse que a questão do balcão de Marvão tinha sido das primeiras a ser falada na Assembleia da República. Face a tal, disse ter questionado o Ministério das Finanças, enquanto responsável do principal acionista, não só acerca do balcão de Marvão, como de outros balcões objeto de encerramento, em outros distritos do Alentejo. Na altura, considerou que tal matéria era suficientemente relevante e, em termos daquilo que era a pressão que poderia ser feita por outros deputados do Alentejo, questionou o que se passava com os balcões da CGD.

O Ministério respondeu, referindo-lhe que o Governo quer que a CGD seja um banco público estável e acessível aos cidadãos, remetendo o assunto para o plano estratégico 2017/2020.----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Luís Alentejano disse concordar com a intervenção do Hugo Capote e era a favor de que um banco público tivesse no mínimo uma dependência bancária em cada município. Disse também que concordava com Luís Testa, quando disse que a opção mais fácil tinha sido a de Marvão, pois era unânime para todos. A dependência situada na Av.<sup>a</sup> Alexandre Herculano era a que utilizava diariamente e tinha a vantagem de ter fácil estacionamento. Os encerramentos de várias agências no país foram, a seu ver, uma estratégia governamental para reestruturar a Caixa Geral de Depósitos. As sedes de concelho deveriam ter todas um balcão aberto ao público.

O plano do governo atual era premiar os funcionários públicos que reduzissem custos, para atingirem as metas impostas. O intuito era cortar, fechar e sem volta a dar. -----

A moção foi colocada a votação.

**Deliberação:** A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 23 votos a favor e 3 abstenções (Miguel Serafim, Luís Barata e Jorge Isidro), em 26 presenças, aprovar a moção.---

O membro da Assembleia João Janeiro chegou à reunião.-----  
-

**A segunda moção da CDU foi apresentada por Diogo Júlio.**

**Moção - CDU -**

“O 1.º de Maio - Dia Internacional dos Trabalhadores, volta a ser comemorado, em Liberdade, no nosso país e na nossa cidade.

É assim, desde 1893, com uma única mas longa interrupção imposta pelo regime fascista.

Neste dia, que já foi feriado municipal em Portalegre, os trabalhadores irão desfilar da Av.<sup>a</sup> Movimento das Forças Armadas até ao Rossio, irmanados pelos mesmos objetivos que levarão à rua, trabalhadores de todo o mundo.

No Rossio, as intervenções sindicais não deixarão de enaltecer os avanços conseguidos pelos trabalhadores de todo o mundo mas manterão o carácter reivindicativo do dia para exigirem a valorização do trabalho e dos trabalhadores e, no que ao país diz respeito a reafirmação da luta por salários dignos, empregos com direitos, reposição da contratação coletiva, horários que permitam a vida social e familiar, serviços públicos com qualidade.

A Assembleia Municipal de Portalegre reunida a 28 de Abril de 2017, em Portalegre:

1 - Saúda o 1.º de Maio - Dia Internacional dos Trabalhadores e congratula-se por mais uma vez os trabalhadores e população do distrito poderem, em Liberdade, comemorar uma data que aqui é assinalada desde 1890 e com ações de rua desde 1898;

2 - Saúda os trabalhadores do concelho e exorta-os a não abdicarem do direito que todos temos de viver e trabalhar com dignidade, na terra onde nascemos ou elegemos como nossa.”

A moção foi colocada a votação.

**Deliberação:** A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, em 26 presenças, aprovar a moção (não votou Sara Cid que não se encontrava na sala).

**Ana Lopes apresentou a terceira moção da CDU.**

**Moção - CDU -**



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

“A comunicação social tem vindo a dar-nos conta que Portugal (entenda-se o Governo) deu luz verde à construção dos armazéns de resíduos nucleares em Almaraz, apesar de no relatório do Grupo de Trabalho Técnico por ele nomeado estar escrito que “da documentação disponibilizada é possível concluir que não foi analisada ou determinada a ausência de impactes significativos do projeto em território português”. Acresce que o parecer do Conselho de Segurança Nuclear identificou lacunas em matérias que podem assumir relevância na consideração de potenciais impactes, incluindo em território português”, acrescenta.

O Governo de Lisboa decidiu, vá-se lá saber porquê, que os portugueses do Alto Alentejo e da Beira podem continuar a viver sob a ameaça duma tragédia nuclear.

A Assembleia Municipal debateu já este perigo e aprovou uma posição de clara de rejeição ao continuar em atividade uma central nuclear que há muito devia ter sido desativada.

A decisão agora tomada é, a todos os títulos, condenável, tanto mais que entre a posição de rejeição tomada então pelo Governo Português não só nada a melhorou como voltaram a acontecer incidentes graves em Almaraz.

A Assembleia Municipal de Portalegre hoje reunida decide:

1 - Reafirmar a posição tomada em 16.12.2016 que defende a necessidade do desmantelamento da Central de Almaraz, que há muito ultrapassou o seu período de funcionamento;

2 - Convocar uma Assembleia Municipal extraordinária para debater os perigos que se colocam às populações raianas em que nos inserimos e convidar para essa Assembleia as organizações ambientalistas que de um e outro lado da fronteira se tem vindo a bater pelo encerramento da central e a alertar as populações para os perigos a que estão expostas;

3 - Convidar igualmente os responsáveis distritais da Autoridade Nacional de Proteção civil para nos ajudarem a perceber como está planificada a sua intervenção em caso de catástrofe nuclear.”

**A moção foi colocada a votação.**-----  
-

**Deliberação:** A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, em 27 presenças, aprovar a moção.-----

Amândio Valente apresentou a moção seguinte.

**Moção - CDU -**

“O serviço da responsabilidade de uma empresa privada para o fornecimento de refeições aos alunos das escolas do concelho de Portalegre é de inferior qualidade e de condições que podem por em causa a saúde das crianças e jovens que, diariamente, frequentam os refeitórios das escolas, bem como prejudicar o seu crescimento saudável.

Acrescenta-se que a qualidade das refeições tem sido, progressivamente pior, conforme testemunham e reclamam os pais e encarregados de educação.

A CDU recomenda à Câmara Municipal de Portalegre que questione as entidades responsáveis pela escolha da empresa, sobre o caderno de encargos, nomeadamente junto da Delegação Regional de Educação do Alentejo.

Recomenda que promova uma solução rápida para esta situação e tome posição solidária junto das direções dos agrupamentos de escolas e junto das associações de pais.”

Sara Cid disse ter duas filhas a estudar na Escola da Praceta e que subscrevia e corroborava tudo o que ali foi dito porque a alimentação diária, naquela escola, não era digna para





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

crianças daquelas idades. Efetivamente foi servida uma caldeirada com restos de peixe e as funcionárias tinham falta de tempo para poderem fazer a triagem daquilo que as crianças podiam comer. Também teve conhecimento de já ter sido servido às crianças frango cru e almôndegas impróprias. Face a tais situações já se tinha pedido uma reunião com o Diretor do Agrupamento do Bonfim e pelo que lhe foi dito as Escolas tinham protocolos com empresas que confeccionavam a comida e que enquanto não cessasse o contrato com as mesmas, não podiam fazer nada. No entanto, tinha de ser feita alguma coisa, porque um contrato tem regras de ambas as partes e o compromisso da empresa em servir adequadamente não estava a ser cumprido e, supostamente, tinha de haver alguma forma de resolver o contrato. Ressalvou ainda que não era em todas as escolas que tal sucedia, pois a escola de S. Lourenço tinha comida própria e a alimentação era boa. Em conclusão, solicitou à Câmara Municipal que tomasse diligências para que a situação se resolvesse. -----

A Presidente da Câmara disse que o executivo tinha conhecimento daquela situação e estava atento. Sabia que tal facto não ocorria em todas as escolas mas só naquelas que tinham contrato com a empresa privada que tinha sido escolha direta da Direção Geral de Educação. Semanalmente era feita uma avaliação pela Escola e colocada na plataforma para que a DGE tivesse conhecimento daqueles episódios. Portanto, sempre que a Autarquia soubesse de anomalias, atuava e reforçava a necessidade de o contrato ser devidamente cumprido. Embora a avaliação fosse feita semanalmente, por vezes a empresa introduzia pratos que não faziam parte do caderno de encargos. Contudo, a DGES é que tinha de atuar, pois o contrato direto foi feito com eles. Referiu ainda que, a nível das outras escolas, tinham a felicidade de haver instituições que forneciam com qualidade e sem quaisquer problemas. Iriam pois tentar fazer pressão junto da Direção-Geral, mas sabendo de antemão que o contrato teria de chegar até ao fim. No entanto, se houver justificação para que tal ocorra, podia-se rescindir o contrato e contratar outra empresa. -----

Amândio Valente salientou saberem como estava feita a hierarquia no Ministério e sabiam perfeitamente que se o Diretor do Agrupamento de Escolas do Bonfim se queixasse em Évora do serviço prestado pela empresa, o impacto será menor do que um impacto político ou da associação de pais. Em conclusão, disse que a situação era insustentável. -----

Luís Testa salientou o facto de todos se depararem ali com denúncias que, por mais verídicas que fossem, não tinham a sustentação factual que deveriam ter para merecer apreciação política. Achava que, mais do que uma moção, a figura regimental a ser usada deveria ser uma proposta e o que aquela Assembleia deveria propor ao órgão executivo, o qual também tinha competências de acompanhamento naquelas matérias, era que exercesse tais competências por forma a que casos como aquele não sucedessem e que se as soluções tivessem que ser as denúncias contratuais, pois que fossem. A moção defendia um desejo. No entanto, deveria ir-se além do desejo, sem estar a factualizar pormenores. Entendia que o maior proveito que aquele documento deveria ter era ser transformado numa proposta e que a mesma fosse uma recomendação ao órgão executivo, que era quem tinha a tutela de acompanhamento, para exercer as suas competências. -----

Hugo Capote chamou a atenção aos presentes porque estavam ali a discutir uma moção política sobre a questão da alimentação das refeições em algumas escolas do concelho que eram servidas por uma empresa privada. Era preciso perceber que chegaram ali com o caminho feito, pois as associações de pais já há cerca de 4 anos que faziam várias denúncias, não só aos Agrupamentos, como nas reuniões de Câmara. Aquilo que a CDU pretendia era atingir o que ali se propôs. Tinha de haver uma tomada de posição política do órgão fiscalizador. Salientou que foi preciso chegar àquele ponto de ali levar o assunto para que certas denúncias não caíssem em saco roto. Esperava assim que a proposta em causa tivesse força política, unânime, para poder resolver a questão e ter impacto junto da tutela.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Perguntou ainda se era verdade que a Câmara devia dinheiro à empresa fornecedora das refeições. -----

A Presidente da Câmara informou que a dívida para com o Agrupamento de Escolas do Bonfim era praticamente nula e estavam a pagar à medida do que era faturado. Mais informou que no caso da Escola José Régio não se poderia considerar dívida, porque a Autarquia estava a cumprir um plano, que já vinha de há algum tempo. Acrescentou que o executivo iria fazer o que fosse necessário. No entanto, lamentava que no último Conselho Municipal de Educação, no qual estiveram presentes elementos da DGES e também estavam representados os pais e as escolas, ninguém tivesse falado no problema. Referiu ainda que a situação estava a ser atualmente acompanhada naquelas escolas que estavam a ser fornecidas pela empresa em causa, porque nos outros casos eram entidades locais com capacidade e qualidade, apesar de estarem contra a lei, que exigia que fosse só uma empresa a fornecer todas as refeições, através de concurso público. Sara Cid disse que a Presidente da Câmara também poderia ter levantado a questão aos elementos da DGES, aquando do Conselho, já que esteve lá presente. -----

A Presidente da Câmara salientou que o período de informações tinha lá sido aberto a todos e ninguém disse rigorosamente nada. Além de que, nos últimos tempos, não tinha conhecimento da situação atual e até lhe haviam dito que as refeições tinham melhorado. ----

Jorge Isidro disse que aquele tipo de situações tinha sempre uma causa e uma origem que era o dinheiro. No seu ponto de vista, mesmo nalgumas escolas em que diziam que a comida era saborosa, considerava que as crianças eram, efetivamente, mal alimentadas. Entendia que nas escolas, na fase inicial, as ementas deviam ser elaboradas por nutricionistas, pois era logo de princípio que se educava a alimentação das crianças. Porém e infelizmente não existia dinheiro que permitisse que se aplicassem tais práticas, a nível nacional, e assim estavam sujeitos àquelas situações. -----

Luís Testa salientou que a questão ali levantada por Hugo Capote era pertinente e achava que todas as moções anteriormente apresentadas configuravam um tema de moção, ou melhor, era o enunciar de uma posição política daquele órgão. Disse serem contra a continuação da laboração na Central Nuclear de Almaraz, bem como a favor do 1.º de Maio. No entanto, o que estava subjacente naquele documento era uma questão sobre a qual esperavam ter efeitos externos, relativamente à conduta de outro órgão que não a Assembleia Municipal. Portanto, parecia-lhe que o mais lógico, do ponto de vista do expediente político, que aquela não fosse uma moção mas sim uma proposta, para que não se ficasse pelo enunciar daquilo que era uma posição política da Assembleia Municipal de Portalegre. -----

**Deliberação:** A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade converter a moção em proposta e aprova-la por unanimidade, em 26 presenças (Raul Cordeiro não estava na sala) aprovar a proposta. -----

**Moção - CDU -**

Hugo Capote apresentou a moção seguinte.

“Cumrem-se amanhã, dia 29 de abril, 119 anos de vida de uma das três instituições nascidas nos finais do século XIX e que tem mantido, na cidade e no concelho, uma atividade ininterrupta.





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

A Cooperativa Operária Portalegrense, a Sociedade Musical Euterpe e a Associação dos Bombeiros Voluntários de Portalegre são as três instituições nascidas no alvor do republicanismo e do associativismo operário que se mantiveram atuantes por mais de um século e ainda hoje mantêm o seu labor em pro da cidade e do concelho.

Outras, igualmente de grande importância na vida e na cidade já sucumbiram aos ataques do tempo e dos homens. Foi assim com a Corticeira Robinson Bros, com a Associação Comercial de Portalegre, com a Sociedade União Operária cujo edifício sede, hoje propriedade do Município, é uma ferida aberta no coração da cidade.

A Cooperativa Operária Portalegrense é uma das resistentes e comemora amanhã o seu 119.º aniversário.

A Assembleia Municipal de Portalegre, hoje reunida em Portalegre, saúda a COP e todos os portalegrenses, que ao longo de décadas mantiveram viva e operante esta instituição.

Exorta os portalegrenses a conhecerem e usufruírem dos espaços e dos serviços que a mesma continua a disponibilizar e recomenda ao executivo municipal que possa/saiba integrar a COP e o seu riquíssimo património nos roteiros culturais e turísticos da cidade e do concelho.”

João Cardoso, relativamente à Associação Comercial, ressaltou o facto de não ser correto dizer-se que “tinha sucumbido uma associação”, pois a mesma ainda existia e estava em funcionamento. -----

**Deliberação:** A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, em 26 presenças (Raul Cordeiro não se encontrava na sala) aprovar a moção.-----

-

Encerrado o período de Antes da Ordem do Dia passou-se então ao **PERÍODO DA ORDEM DO DIA.**

### **1 - Informação da Presidente da Câmara sobre a atividade municipal, nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;**

João Janeiro perguntou se a Presidente se lhe podia dar respostas às questões que lhe tinha enviado por escrito anteriormente e às quais não tinha obtido resposta. -----

Dada a palavra à Presidente da Câmara, a mesma disse ter enviado as mesmas para os serviços a fim de serem elaboradas as respostas, uma vez que determinados assuntos tiveram de ser devidamente analisados.-----

A Presidente da Mesa pediu ao membro da Assembleia, João Janeiro que especificasse que questões tinham sido colocadas e se estavam englobadas no relatório municipal. -----

João Janeiro disse que tinha pedido esclarecimento acerca de assuntos relativos aos SMAT e passou a citar:

1 - Quando é que a máquina retroescavadora poderia chegar à freguesia da Urra

2 - Quando é que a autarquia conseguiria satisfazer os pedidos de saibro, que já estava em défice há algum tempo

3 - Acerca da situação da habitação que tinha ardido a um habitante da freguesia ainda nada tinha sido feito e o mesmo estava dependente do lar e todos os dias ia perguntar à junta por uma solução. Era possível que a pessoa ainda voltasse para a sua casa

4 - Quanto à estrada que vai para o Assumar, a Presidente anunciou que iriam começar as obras, mas tal ainda não aconteceu. Qual era o ponto da situação



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

5 - Quanto ao edifício onde estava o infantário, referiu que a freguesia tinha algumas limitações e gostaria de saber qual era a área exata da habitação, através dos serviços técnicos da Câmara.

6 - Outra situação problemática que já se arrastava há bastante tempo na freguesia da Urra tinha a ver com os esgotos que corriam a céu aberto, quando a mesma tinha uma das melhores Etar's do concelho.-----

A Presidente da Câmara disse não poder dar ali todas as respostas pois eram de vários serviços. No entanto, informou que a retroescavadora estava a ser reparada, o que também influenciava o fornecimento do saibro. Em relação à casa ardida, disse que os serviços camarários já a tinham limpo mas a Autarquia não podia efetuar reparações em casas particulares. Teria de se enquadrar tal facto do ponto de vista social e as assistentes sociais tinham tentado perceber, à luz do Regulamento da Câmara, se havia possibilidade de alguma intervenção na dita casa.

Quanto à estrada para o Assumar, informou que já tinha sido feita uma intervenção, mais propriamente a remendagem de alguns troços. Mais tarde seria então executada uma intervenção de fundo. Havia estradas priorizadas e aquela também era uma delas. Relativamente ao Largo da Igreja, referiu que teria de ser o Gabinete Jurídico a analisar o processo. Quanto aos esgotos, não conseguia ali dizer qual era o ponto da situação da candidatura que estava a decorrer, no entanto, sabia que algumas candidaturas já tinham sido aceites e poderia estar para breve a solução.-----

João Janeiro disse que quando se assumiam compromissos perante as pessoas tinha de se lhes dar respostas e atos concretos. Mais disse que no Bairro dos Apóstolos as pessoas continuavam a ser multadas pela GNR devido ao facto de o projeto de alteração da sinalética ainda não estar resolvido. Tal situação arrastava-se há demasiado tempo, assim como a do problema das infiltrações da água da rede, nas casas daquele mesmo bairro.-----

Hugo Capote perguntou à Presidente da Câmara sobre qual a data da reunião que a mesma disse ter tido com a Administração da CGD, já que não estava indicada no relatório. Perguntou também se as atas das reuniões de Câmara já estavam atualizadas. Perguntou ainda como estava a questão da candidatura do Museu das Tapeçarias e se podia ser elaborada uma nova candidatura.-----

A Presidente disse que a candidatura do Museu já tinha sido submetida e aguardavam resposta.

Quanto às atas da Câmara, solicitou informação atualizada sobre as mesmas ao funcionário Paulo Bochechas. Paulo Bochechas informou que estavam disponibilizadas na plataforma até à ata n.º 22 (de 3/2016) e que estavam a aguardar que chegassem aos serviços duas declarações de voto de dois membros do executivo, para depois se poderem levar para aprovação. No entanto, não podiam levar as 7 atas já de 2017, sem que antes estivessem aprovadas as do ano anterior.-----

### **2 - Ata n.º 25, relativa à reunião ordinária realizada em 24 de fevereiro de 2017;**

Rui Simplicio propôs uma correção à última ata, na página 14. Assim, onde se lia: "... sobre uma lei que não era legal", deveria ler-se: "...sobre uma lei que não estava em vigor.-----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

**Deliberação:** A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 23 votos a favor e 4 abstenções (Eugénio Barbosa, Raúl Cordeiro, Sara Cid e Marília Lacão), em 27 presenças, aprovar a ata n.º 25 de 24 de fevereiro.-----

### **3 - Adequação do PMOT aos PEOT/alteração por adaptação do Plano Diretor Municipal de Portalegre - Para conhecimento;**

Não houve intervenções a registar.-----

### **4 - Relatório de atividades da CPCJ/2016 e plano de ação para 2017 - Para conhecimento;**

Raúl Cordeiro disse ter lido o documento em causa, mas não tinha conseguido encontrar a componente do plano para 2017.-----

A Presidente da Mesa disse ter o documento em sua posse, mas não fazia parte dos documentos porque não tinha sido votado na altura, mas só posteriormente.-----

Raúl Cordeiro acrescentou que achava redutor que o relatório fosse ali apresentado apenas com aqueles elementos/números, uma vez que merecia um esclarecimento mais detalhado da atividade praticada pela respetiva Comissão. Realçou ainda dois pontos, que tinham a ver com a falta de adesão da Comissão a projetos que decorreram, questionando-se se teria sido por falta de apoio. E se assim fosse, qual era o apoio que faltava para que a mesma pudesse funcionar em pleno.-----

A Presidente da Mesa disse que os números diziam sempre muito pouco, quando estavam em causa crianças e jovens em perigo. Informou que não tinha esquecido que tal questão já tinha sido suscitada em anos anteriores e que não se tinha esquecido disso e afirmou que a Presidente da CPCJ só não estava ali presente para prestar mais esclarecimentos, pois recentemente tinha havido eleições para a Comissão e mudança de Presidente.-----

Sara Cid perguntou quais eram os meios financeiros da CPCJ.-----

A Presidente da Mesa disse que a comissão recebia cerca de 11.000,00€ por semestre, da parte da Comissão Nacional e que a autarquia assegurava toda a logística necessária ao funcionamento.-----

Raúl Cordeiro sugeriu que, numa futura Assembleia, se convidasse a atual Presidente da CPCJ para se discutirem alguns dados, que não somente políticos, mas também de outro nível. Realçou ser importante conhecer aquela realidade, de modo a serem tomadas as medidas adequadas.-----

### **5 - Protocolo “ Portalegre Cidade Educadora ”**

Raúl Cordeiro perguntou à Vereadora do pelouro qual era o interesse principal do Município em aderir àquele protocolo.-----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

A Vereadora Dulce Reis informou que já eram muitos os Municípios que pertenciam à rede nacional. Em 2014, no âmbito do quadro comunitário e dos vários eixos de intervenção, ao nível da educação, havia um eixo que previa a promoção do sucesso escolar e a redução do abandono, em termos de ensino. Na altura, a Câmara apresentou uma série de projetos onde se pretendia colocar Portalegre no mapa das cidades educadoras, considerando aquela vertente, ao nível do programa que o Governo estava a implementar. Apenas em novembro de 2016, o aviso de abertura existiu, para que os Municípios pudessem apresentar as suas candidaturas. Durante aquele espaço de tempo, a autarquia traçou a sua linha de procedimento, ao nível da candidatura e falaram várias vezes na introdução de Portalegre naquele projeto. O projeto nasceu em Madrid era de âmbito internacional e nele os Municípios trabalhavam de maneira articulada e em rede, interagindo todo o tipo de projetos que tivessem uma linha condutora, em termos de educação. Os protagonistas daquele projeto eram as escolas, as quais já tinham assinado um protocolo de cooperação com o município, em que, de forma genérica, passariam a trabalhar de forma mais profunda e articulada, do que até à data. Acrescentou que a assinatura do protocolo em questão pressupunha uma quota anual de 220,00€, de acordo com o número de habitantes que a cidade possuía e com o produto interno bruto. Disse ainda não ser certo que viessem a pertencer à Rede e que depois do Conselho Municipal, do Executivo e da Assembleia Municipal se pronunciarem sobre a proposta, a mesma teria de ser sujeita à da associação internacional, para aprovação final.---

-----

Amândio Valente disse que estava em desacordo com a Recomendação da Assembleia da República, de 24 de abril de 2017, cujo conteúdo colidia claramente com o que ali foi apresentado, nomeadamente nas recomendações feitas na área da saúde, da educação e da cultura. Uma coisa era descentralizar competências, outra era favorecer processos que poderiam desenvolver dinâmicas educativas locais muito mais interessantes. Uma segunda grande ideia tinha a ver com o facto da questão dos financiamentos levarem a albardar as candidaturas, em função do que se queria fazer. Claramente que a perspetiva das cidades educadoras não estava centrada na problemática do sucesso escolar, nem do abandono escolar; da mesma maneira que a perspetiva das cidades educadoras era uma perspetiva global, abrangente e não escolar. Referiu ainda que o trabalho das escolas em Portalegre podia ser muito interessante. Contudo, para as cidades educadoras tinha de haver um trabalho prévio, onde deveria estar presente uma estratégia educativa, um conjunto de práticas que já fossem desenvolvidas naquele território, bem como a criação de um dispositivo que mediasse os processos educativos que realmente estivessem em marcha. Acrescentou que nas cidades educadoras existia um ideário, o qual era comprometido em termos políticos. Por último, concluiu que o desenvolvimento, partindo da educação, se baseava na democracia, na liberdade e na capacidade de emancipação e requalificação pessoal e profissional, de quem nele participava.-----

-----

**Deliberação:** A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 22 votos a favor e 2 abstenções (PSD) a favor (os restantes presentes), em 24 presenças, aprovar o respetivo protocolo (não estavam na sala Luis Alentejano, Luis Testa e Eugénio Barbosa).

### **6 - Minuta do acordo de transferência de património, direitos e obrigações do IGFSS, IP, para o Município de Portalegre e do auto de cessão de bens - Imóveis do Bairro do Atalaião;**

Hugo Capote perguntou à Presidente da Câmara em que condições estavam os imóveis que passavam para a tutela da Câmara e se estavam devolutos ou habitáveis.-----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

A Presidente da Mesa informou que das dez lojas sete estavam vagas e três sublocadas; das nove habitações uma estava ocupada, outra em contencioso e sete sublocadas.-----

Hugo Capote questionou a condição das mesmas.-----

-

A Presidente da Câmara disse que já tinham efetuado uma candidatura que já estava aprovada, a qual seria desenvolvida em duas fases, dando lugar a intervenções naqueles imóveis e, posteriormente seriam alvo de avaliação pelos técnicos da Câmara, de modo a serem requalificados.-----

-----

**Deliberação:** A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, em 25 presenças, aprovar a minuta do contrato (Não estavam na sala Luís Alentejano e Luís Testa).

### **7 - 1ª. Revisão ao orçamento e ao PPI de 2017 dos Serviços Municipalizados de Águas e Transportes;**

Não houve intervenções.-----

-

**O ponto foi colocado a votação.**

**Deliberação:** A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, em 27 presenças, aprovar a 1.ª revisão ao orçamento e ao PPI de 2017 dos SMAT.-----

### **8 - Prestação de contas de 2016 dos Serviços Municipalizados de Águas e Transportes**

Hugo Capote solicitou esclarecimento sobre o exercício líquido negativo, o qual lhe pareceu ter sido devido a algum investimento em viaturas. Perguntou se o serviço das águas manteve, mesmo assim, o lucro e se o prejuízo nos transportes ficou controlado/reduzido ou aumentou.-

A Presidente da Câmara pediu a Rui Pinto, Chefe de Divisão dos SMAT, que informasse o Plenário disse que ainda não tinham os valores apurados de forma rigorosa. Naquele documento estava refletido o relatório na sua globalidade, mas em termos de setores, mais propriamente nas águas, o resultado positivo era significativo (450.000€); nos transportes mantinha-se o resultado negativo mas com um valor inferior ao ano anterior (2015 -370.000€ e 2016 -200.000€); em termos de estacionamento pago referiu que no ano passado o resultado tinha sido negativo e em 2016 já tinha sido positivo (45.000€).-----

-----

**O ponto foi colocado a votação.**

**Deliberação:** A Assembleia Municipal deliberou aprovar a prestação de contas dos SMAT, por unanimidade, em 27 presenças.-----

### **9 - Relatório de prestação de contas de 2016 da Câmara Municipal de Portalegre;**



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Não houve intervenções.-----

-

O ponto foi colocado a votação. -----

-

**Deliberação:** A Assembleia Municipal deliberou aprovar o relatório acima mencionado, por maioria, com 11 votos a favor, 7 votos contra (PS), 9 abstenções (4 CDU, 1 PS (António Ventura) 2 PSD, 1 CLIP (Constantina Henriques) e Jorge Isidro) em 27 presenças.-----

### Declaração de voto - PS

Raúl Cordeiro disse que fariam deles a declaração de voto dos vereadores do PS, na reunião de Câmara de dia 24 de abril e que a seguir se transcreve:

*“As contas do Município de Portalegre apresentam cada vez menos credibilidade, pelo que mais do que nunca merecem o nosso voto desfavorável.*

*Desde há 8 anos que ouvimos a versão Portalegrense da célebre frase “there is no alternative”. É verdade, não há alternativa para a atual política de definhamento do nosso concelho, única meta que infelizmente vamos atingindo.*

*Este caminho único para a desgraça reflete-se na política seguida pelos sucessivos orçamentos, mas também na sua irregular execução. A política orçamental já é errada, mas a execução, que se rege apenas pela tesouraria, também é errada e ilegal. Na prática o orçamento não é o guião. Conforme há dinheiro decide-se na altura e faz-se a alteração orçamental necessária, subvertendo o próprio orçamento, que já era mau, e incumprindo por princípio (para além da mera necessidade) a lei dos compromissos.*

*Esta gestão que inclui e arrasta as participadas Mercado Municipal e Fundação Robinson, para além dos efeitos desastrosos na estratégia de (des) afirmação de Portalegre, está a levar a parte física (infraestruturas, manutenção e limpeza urbana, etc.) a uma degradação sem precedentes em cidades do nosso país.*

*A maneira de lá chegar é cada vez mais escura. Sabemos que o não cumprimento das normas, como vêm informando timidamente os ROC ao longo dos anos, tem sempre maus resultados. Começa-se por incumprir por necessidade, para “tapar algum buraco”, “a bem da cidade” e esta gestão pontual passa a habitual. E sabe-se que quando as regras se põe de lado, mesmo que os dirigentes estejam bem intencionados, a prazo, os caminhos tortuosos percorridos acabam em procedimentos cada vez mais enviesados, a caminho de problemas maiores que depois ninguém controla (como se distinguem os bons dos maus incumprimentos da lei? E que consequências têm na pirâmide se todos têm que ser encobertos?) Desde há muito que esta gestão, para além dos problemas que causa na própria Câmara, cria problemas tais nas participadas que aí sim se cometem as maiores irregularidades.*

*Há anos que os ROC vêm relatando não meras ênfases mas reservas que nem sequer se resolvem no ano seguinte. Também o ROC já faz “copy past” das reservas. Como é possível?*

*Por tudo isto, pela gestão errática e problemática, como atestam os relatórios dos Revisores de Contas, com incumprimentos sucessivos e que não se corrigem de ano para ano, votamos contra estas contas.”*

### Declaração de voto - CDU

Hugo Capote disse que a CDU faria sua a declaração de voto do vereador Luís Pargana, na reunião de Câmara de dia 24 de abril, a qual se transcreve:





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

*“O presente relatório de prestação de contas reflete a ausência de conceito estratégico para Portalegre, por parte da maioria CLIP que governou em maioria absoluta durante quase quatro anos sem nunca ter conseguido definir prioridades de governação, nem assegurar os serviços municipais de proximidade essenciais à qualidade de vida das populações da cidade e das freguesias do concelho.*

*A situação financeira do Município não pode servir de “desculpa” para a total inação da Câmara Municipal nem para a degradação a que se deixou chegar o espaço público do concelho ou o património municipal que é de todos os portalegrenses.*

*A maioria CLIP governou “à vista” e nem sequer teve critério no pagamento da dívida, privilegiando o alegado “saneamento” de dívidas com origens mal esclarecidas e que oneram sobremaneira o erário público municipal.*

*As contas apresentadas, sendo uma obrigação técnica, são censuráveis do ponto de vista político pelo que não podem merecer a minha aprovação.”*

Rui Simplício saiu da sala.-----

### **Declaração de voto de Miguel Serafim:**

“Quero assinalar a evolução muito positiva, em termos financeiros, das contas do município e registei com agrado uma frase que o membro Luís Testa referiu na sua intervenção inicial em que disse: “...devemos fugir do debate insinuatório” e julgo que essa frase deveria estar sempre presente nos nossos debates. Em função do que acabei de ouvir, relativamente ao sentido de voto e à associação da declaração de voto dos vereadores do PS, na reunião do executivo, eu não posso deixar de assinalar que senti que estava elevada de um conjunto de insinuações não fundamentadas e inclusivamente senti que se calhar o tempo da pós verdade chegou aos nossos debates. Porque não posso deixar de referir que quando, nessa declaração de voto, se falam de reservas assinaladas pela revisão oficial de contas, reservas reiteradas, essas reservas não existem. Li e reli o relatório do ROC e não existe qualquer reserva. Existe uma ênfase que, por sinal, vai em sentido positivo, uma vez que assinala que o limite de endividamento quando há um ano tinha sido excedido em mais 7 milhões de euros, neste momento é excedido em apenas 1,3 milhões. Portanto não tem nada de sentido negativo e eu não posso deixar de referir que, de forma sistemática e recorrente, se fazem insinuações que não têm o mínimo de fundamento e gostava que as declarações de voto e as afirmações fossem sustentadas com factos, para nós podermos fazer o debate de ideias que Luís Testa referia e muito bem.”

Hugo Capote pediu esclarecimento à Mesa e questionou onde é que se enquadrava a intervenção anterior, perguntando se já se discutiam ali declarações de voto, pois entendia que Miguel Serafim estava a contestar uma declaração de voto.-----

Luís Testa pediu à mesa para fazer um esclarecimento e intervir uma vez que tinha sido citado.

Tendo-lhe sido dada a palavra disse que apenas pretendia registar o facto de já ser ali objeto de citação por parte do membro Miguel Serafim, que não percebeu aquilo que se tinha dito anteriormente. Disse ainda que de forma sistemática e reiterada, durante todo o mandato o membro Miguel Serafim percebeu poucas vezes aquilo que ele quis dizer. Acrescentou que quando o mesmo aludiu “às insinuações que se fazem sem fundamento” está a fazer referência a questões que não sendo rigorosamente verdade ou totalmente verdade são colocadas como se tal fossem e como se tal carácter assumissem, não dando hipótese àqueles que eram alvo dessas tais insinuações, se deferem, porque não eram acusados e como tal não podem contra-argumentar acabando por sobre tais insinuações não ser estabelecido qualquer



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

confronto em termos de opinião. Mais disse que o membro Miguel Serafim se tinha socorrido da sua afirmação para insinuar que os vereadores do PS teriam feito, eles próprios, insinuações. Ora quando os Revisores Oficiais de Contas fazem relatórios existe uma diferença assinalável entre aquilo que são ênfases e aquilo que são reservas. O Grupo do Partido Socialista não julgava os exercícios económicos e financeiros pelo prisma técnico contabilístico, mas sim pelo prisma político e as tais reservas aludidas pelos vereadores do PS eram, obviamente, de carácter político. Portanto, estabelecida a transposição para a leitura política que é a que cabe aos vereadores e aos membros das Assembleias Municipais, outra coisa não estabelecia aquele relatório do ROC, senão reservas do ponto de vista político, que conduziram ao voto natural do PS. Disse ainda que se tinha habituado a interpretar não só os relatórios dos ROC, na sua aceção literal, mas também na dimensão além do que estava escrito e, na verdade, o que era escrito e dito não pelas palavras do ROC conduzia à legítima opção de voto dos vereadores do PS. Por último, salientou que a confrontação de posições não se fazia ao arrepio de uma declaração de voto, lançando depois o debate quando já devia estar terminado.-----

Miguel Serafim disse que a sua intervenção não teve nada de técnico e todos estavam ali como representantes dos eleitores independentemente da formação profissional de cada um. Solicitou àqueles que tinham lido o parecer do ROC que identificassem se havia alguma reserva, fosse de carácter técnico ou político. E parafraseando a declaração de voto do PS na parte em que dizia que “os relatórios dos revisores de contas atestam a gestão errática e problemática, com incumprimentos sucessivos” que tal procedimento fosse concretizado.-----

A Presidente da Mesa salientou que estarem a discutir-se declarações de voto era uma discussão estéril porque todos os presentes, de parte a parte, perceberam o que é que se pretendeu dizer nas declarações de voto.-----

O Vereador Pinto Leite pediu para intervir para esclarecer que a declaração de voto do PS era uma análise global ao funcionamento do Município. Extravasava as próprias contas da Câmara e falava em gestão errática, em execução orçamental deficiente e que arrastava as participadas Mercado e Fundação. Portanto, era naquele contexto que se falava nas reservas dos revisores em relação ao Mercado e à Fundação Robinson, as quais eram graves e reiteradas, que já vinham no relatório do ano passado. Mais referiu que quando escreveu a declaração de voto ainda não tinha sequer lido o parecer do ROC sobre as contas da Câmara, tinha apenas as contas do Mercado e da Fundação, porque o draft do parecer do Revisor apareceu na altura em que estavam a votar o ponto, datado de 27 de abril, quando estavam a 24 de abril. Acrescentou que as questões do MMPO e da Fundação Robinson eram problemas que em muito derivavam das contas da Câmara e foi nesse sentido, do arrastamento da execução orçamental para o Mercado e Fundação que se referiu às reservas do Revisor Oficial de Contas. As acusações eram feitas sobre a questão dos incumprimentos, designadamente da lei dos compromissos, as quais já foram ali confirmadas pela Presidente da Autarquia.-----

A Presidente da Câmara lembrou que a Câmara Municipal de Portalegre não tinha fundos disponíveis, de acordo com a lei dos compromissos. No entanto, não existia nenhuma reserva relativamente às contas da Autarquia.-----

### **10 - Relatório de gestão e contas de 2016 da Fundação Robinson. Para conhecimento.**



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Não houve intervenções a registar.-----

Raúl Cordeiro propôs à Mesa da Assembleia que os pontos 11, 12, 13 e 14 fossem apreciados em conjunto o que foi aceite pelo Plenário.-----

-----

**11 - Relatório de gestão e contas do MMPO, SA em liquidação, do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 - Para conhecimento;**

**12 - Aplicação de resultados do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 do MMPO, SA em liquidação - Para conhecimento;**

**13 - Relatório de gestão e contas do MMPO, SA, em liquidação, do exercício findo em 04 de abril de 2017 - Para conhecimento;**

**14 - Aplicação de resultados do exercício findo em 04 de abril de 2017 do MMPO, SA em liquidação - Para conhecimento;**

Raul Cordeiro disse que da análise da vasta documentação, dos quatro pontos em concreto, gostaria de colocar à Presidente da Câmara umas dúvidas sobre o procedimento da aprovação daqueles documentos, em sede de mercado municipal. Lembrou que a Presidente da Câmara Municipal era a representante da Câmara Municipal na empresa Mercado Municipal, S.A. Portanto, a questão que se impunha saber era se a Presidente da Autarquia estava mandatada pelo executivo para votar aqueles documentos na empresa MMPO, S.A.-----

A Presidente da Câmara disse que tanto quanto sabia os documentos tinham sido ratificados em sede de Câmara.-----

-----

Raúl Cordeiro salientou que tinham sido ratificados mas *à posteriori*.-----

E voltou a perguntar se a Presidente, *à priori*, e como representante da Câmara, na empresa MMPO, estava mandatada pelo executivo para aprovar os documentos em causa.-----

A Presidente respondeu dizendo que os documentos tinham sido ratificados e como tal aprovados pela Câmara, que era o órgão competente para tal.-----

Raúl Cordeiro perguntou se a autarca considerava aquele procedimento o mais correto. -----

-

A Presidente da Câmara relevou que aquele não era o procedimento mais correto e frisou que, sempre que possível, tentava que tal não acontecesse.-----

-----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Raúl Cordeiro, relativamente aos quatro pontos em debate, disse que o PS subscrevia as declarações de voto dos seus vereadores e solicitava que as mesmas ficassem registadas em ata.-----

Hugo Capote chamou a atenção para o facto de que aqueles quatro pontos não estarem a votação, portanto não poderiam ter declarações de voto.-----

### **15 - Internalização do MMPO, SA em liquidação - Relatório de liquidação, demonstrações financeiras e aditamentos aos contratos dos operadores do MMPO, SA;**

Não houve intervenções a registar.-----

O ponto foi colocado a votação.

**Deliberação:** A Assembleia Municipal deliberou, aprovar o ponto, por maioria, com 8 votos a favor (CLIP) e 12 abstenções (7 PS, 4 CDU, 1 PSD). Não estavam na sala Bruno Calha, Francisco carriço, João Janeiro, Luís Barata, Rui Simplício, Sara Cid e Jorge Isidro.-----

**Declaração de voto - CDU (Hugo Capote)**

*“A CDU abstém-se neste ponto por não recusar o processo de internalização e reconhecer o relatório, mas não deixando de refazer aqui uma ressalva: desde logo, a tentativa da Presidente da Câmara de atirar para cima de uma gestão tripartida do MMPO a única responsabilidade pelo exercício negativo do MMPO, como se não tivesse qualquer tipo de responsabilidade sobre a gestão com que o mercado esteve nos últimos quatro anos e mesmo da responsabilidade que teve do tempo anterior, em que houve esse exercício tripartido de gestão do MMPO.*

*Finalmente, também não posso deixar de referir como não menos lamentável que depois de tudo o que se passou em relação ao processo de internalização do MMPO, que terá que reconhecer que, pelo menos da parte da CDU, houve no mínimo boa fé para levar este processo até ao fim e que a Presidente ainda consiga vir hoje aqui dizer que leva um assunto destes para ratificar, ao executivo, porque não conseguiu levar por falta de oportunidade. Convenhamos que é pouco, é pouquinho.”*

**Declaração de voto - PS (Vereador Pinto Leite)**

*“Condicionada pela atuação do seu acionista, a empresa Mercado Municipal insiste em apresentar contas que merecem reservas do ROC, não corrigindo nos anos seguintes os aspetos sob reserva, ao ponto destas se repetirem integralmente. Estas contas não merecem assim a nossa aprovação. Condicionada pela atuação do seu acionista, a empresa Mercado Municipal seguiu um caminho desastroso nos últimos 4 anos, tendo sido obrigada a submeter-se a pesadas sanções por parte dos credores. Tal percurso traduziu-se no aumento da dívida da Câmara em 300.000 € aquando da liquidação, o que era absolutamente desnecessário e lesivo dos interesses do município. Em qualquer caso não há alternativa à liquidação neste momento, daí a nossa abstenção.”*

Luís Barata reentrou na sala.-----

**Aprovação em minuta:**



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

A Presidente da Mesa chamou a atenção dos presentes para a necessidade de ser efetuada a votação à minuta da ata. Após votação dos membros, foi a mesma aprovada, por unanimidade dos 21 presentes na sala.-----

**FALTAS:** Nos termos da alínea j), do art.º 29.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Mesa da Assembleia Municipal marcou falta a Artur Jorge Correia.-----

### **Encerramento:**

=====

Não havendo mais assuntos a tratar foi encerrada a 13.ª sessão ordinária da Assembleia Municipal, Presidente da Mesa eram 23:59 horas,™ do dia 28 de abril, do ano de 2017 e da mesma foi lavrada a presente ata, que será devidamente assinada, nos termos da lei. -----